



CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS

Pelotas, 23 de maio de 2017.

Of. Leg. nº 0155/17 (Prot. nº 3112/2017)

Junta-se ao processado do
PEC
nº 67, de 2016.

Prezados(as) Senhores(as),

Em 13/07/17

*Senador
José Medeiros*

Estamos encaminhando, cópia da Moção de Apoio ao pedido de impeachment do Presidente Michel Temer por crime de responsabilidade, pela Aprovação da PEC das DIRETAS JÁ e ainda pelo ARQUIVAMENTO de todos os processos de "Reformas Previdenciária e Trabalhista", apresentada neste Poder Legislativo pelo Vereador **Marcos Ferreira e outros**, tendo sido a mesma aprovada em reunião plenária nos termos regimentais.

Colhemos o ensejo para renovar-lhe os protestos do nosso apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Luiz Henrique Cordeiro Viana
Ver. Luiz Henrique Cordeiro Viana
Presidente

Ao Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF
CEP 70160-900



APROVADO UNANIMIDADE
EM PLENÁRIO
EM 23/05/17
PRESIDENTE



Câmara Munic de Pelotas 18-Mai-2017-10:11-003112-1/2

MUNICÍPIO DE PELOTAS CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

MOÇÃO DE APOIO

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,


Os Vereadores signatários propõem, nos termos do art. 165, do Regimento Interno desta Casa Legislativa e após ouvido o Colendo Plenário e cumpridos os trâmites regimentais deste Poder Legislativo, seja encaminhada ao CONGRESSO NACIONAL **Moção de Apoio ao pedido de impeachment do Presidente Michel Temer por crime de responsabilidade, pela Aprovação da PEC das DIRETAS JÁ e Ainda pelo ARQUIVAMENTO de todos os Processo de " Reformas Previdenciária e Trabalhista,** nos termos do art. 81, § 1º, da Constituição Federal.

É a Moção.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2017


MARCOS
FERREIRA
VEREADOR
PT

IVAN
DUARTE
VEREADOR
PT


FERNANDA
MIRANDA
VEREADOR
PSOL

FABRÍCIO
TAVARES
VEREADOR
PSD


EDER
BLANK
VEREADOR
PDT


MARCUS
CUNHA
VEREADOR
PDT


CRISTINA
OLIVEIRA
VEREADOR
PDT

REINALDO
MAGALHÃES
VEREADOR
PTB

ROGER
NEY
VEREADOR
PP

SALVADOR
RIBEIRO
VEREADOR
PMDB

ADEMAR
ORNEL
VEREADOR
DEM

RAFAEL
DUTRA
VEREADOR
PTB

DANIEL
TRZECIAK
VEREADOR
PSDB

ANDERSON
GARCIA
VEREADOR
PTB

ZILDA
BÜRKLE
VEREADOR
PSB

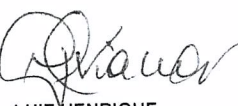

ANTÔNIO
PERES
VEREADOR
PSB

DAIANE
DIAS
VEREADOR
PSB

WALDOMIRO
LIMA
VEREADOR
PRB


DILA
BANDEIRA
VEREADOR
PSDB

ENÉIAS
CLARINDO
VEREADOR
PSDB


LUIZ HENRIQUE
VIANA
VEREADOR
PSDB





MUNICÍPIO DE PELOTAS CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

JUSTIFICATIVA

O processo de impeachment de Michel Temer consiste em uma questão processual aberto contra o então vice-presidente do Brasil, agora presidente, Michel Temer, visando o impedimento do seu mandato.

Na noite de ontem, 17 de maio do corrente ano, o Deputado Federal Alessandro Molon (Rede/RJ) protocolou na Câmara, novo pedido de impeachment do presidente Michel Temer por crime de responsabilidade. O pedido é baseado na gravação que teria sido feita pelo empresário Joesly Batista, dono da JBS, com Temer dando aval para "compra de silêncio" do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Analisando-se o pedido de processo por crime de responsabilidade contra Michel Temer, constata-se a evidência de que o presidente praticou conduta que se enquadra nos tipos mencionados, além de crime de responsabilidade, crime contra a probidade na administração, o que torna inevitável o recebimento da presente denúncia.

Portanto, cabe agora ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), decidir se dará ou não seguimento ao processo. A ação, a exemplo do que ocorreu com Dilma Rousseff, tem de passar por uma comissão especial antes de ir ao plenário.

Necessário lembrar ainda que já há na Câmara um pedido de impeachment de Temer. A ação, no entanto, jamais andou porque partidos aliados do peemedebista se recusaram a indicar membros para a comissão, o que inviabiliza os trabalhos.

Porém, diante dos presentes fatos envolvendo o presidente Michel Temer, certamente será difícil o atual pedido de impeachment não ter seu prosseguimento levado adiante, pois, desta vez, a população brasileira fará frequente pressão política para o êxito da referida denúncia.





MUNICÍPIO DE PELOTAS CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Outro fato de extrema relevância e que deve ser amplamente debatido no Congresso Nacional é o das Eleições Diretas no país, conforme prevê a nossa Constituição Federal, no art. 81, § 1º.

Sabe-se que a eleição é todo processo pelo qual um grupo designa um ou mais de um de seus integrantes para ocupar um cargo por meio de votação. Na democracia representativa, é o processo que consiste na escolha de determinados indivíduos para exercerem o poder soberano, concedido pelo povo através do voto, devendo estes, assim, exercerem o papel de representantes da nação.

Logo, a renúncia de Temer e a eleição direta para presidente é a medida mais coerente no presente momento. Temer não tem credibilidade, não tem legitimidade e, certamente, irá para zero de popularidade. A renúncia é a única opção que resta ao presidente Michel Temer.

Desta forma, nada mais justo do que propor a presente moção.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2017

MARCOS
FERREIRA
VEREADOR

IVAN
DUARTE
VEREADOR

FERNANDA
MIRANDA
VEREADOR

FABRÍCIO
TAVARES
VEREADOR

ÉDER
BLANK
VEREADOR

MARCUS
CUNHA
VEREADOR

CRISTINA
OLIVEIRA
VEREADOR

REINALDO
MAGALHÃES
VEREADOR

ROGER
NEY
VEREADOR

SALVADOR
RIBEIRO
VEREADOR

ADEMAR
ORNEL
VEREADOR

RAFAEL
DUTRA
VEREADOR

DANIEL
TRZECIAK
VEREADOR

ANDERSON
GARCIA
VEREADOR

ZILDA
BÜRKLE
VEREADOR

ANTÔNIO
PERES
VEREADOR

DAIANE
DIAS
VEREADOR

WALDOMIRO
LIMA
VEREADOR

DILA
BANDEIRA
VEREADOR

ENÉIAS
CLARINDO
VEREADOR

LUIZ HENRIQUE
VIANA
VEREADOR

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 12 de julho de 2017.

Senhor Luiz Henrique Cordeiro Viana, Presidente da
Câmara Municipal de Pelotas – RS,

Em atenção ao Of. Leg. nº 0155/17, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Excelência que sua manifestação foi juntada ao processado da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2016, que *"Dá nova redação ao § 1º do art. 81 da Constituição Federal para determinar a realização de eleição direta aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, na hipótese de vacância desses cargos nos três primeiros anos do mandato presidencial."*, e cópia foi juntada ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017, que *"Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho."*, conforme tramitações, disponíveis no endereço eletrônico <http://www25.senado.leg.br/web/atividade>. Informo, ainda, que a PEC nº 287, de 2016, encontra-se na Câmara dos Deputados. Tão logo a matéria venha a tramitar no Senado Federal, serão tomadas as providências necessárias à sua tramitação nesta Casa.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

